

EDUCAÇÃO DE SURDOS E ESTUDOS CULTURAIS: NARRATIVAS DE PRODUÇÃO DE SI E O CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Vanessa da Conceição Nascimento Pereira ¹
Rozane Alonso Alves ²

RESUMO

O trabalho aborda perspectivas que discutem culturas e modos de ser dos surdos quanto aos elementos linguísticos, baseando no campo dos estudos culturais. As problematizações levantadas neste escopo buscam tensionar as narrativas que produzem, na educação, a produção da identidade surda no contexto de aprendizagem. Levando em conta os elementos teórico-metodológico no campo dos Estudos Culturais, pautamo-nos a discorrer sobre identidade/diferença, narrativas de si, o campo da linguagem como construção dos modos de ser deste grupo social. A proposta também trata questões da abordagem bilíngue para a educação no âmbito das escolas regulares. Tais discussões apresentam-se de maneira conceitual e, ao mesmo tempo negociando com os discursos acadêmicos produzidos sobre Educação de Surdos e os mecanismos de produção de si, como elemento fluído, por isso os Estudos Culturais. A pesquisa qualitativa com procedimentos que se articulam a pesquisa bibliográfica serão elementos centrais para a discussão sobre o “entre-lugar” do sujeito surdo: suas identidades/diferenças, narrativas de si, modos de ser e, suturas que constituem o ser e estar sujeito da educação. Assim, o campo teórico permite a compreensão de que as pessoas surdas produzem suas identidades, cultura(s), modos de ser a partir das experiências de si. O processo de subversão das relações entre a diferença que constitui os modos de ser, também como mecanismos de produção de políticas públicas que inferem nas estratégias pedagógicas e políticas se articulam ao tensionamento da língua brasileira de sinais como fator/dispositivo que possibilita uma relação entre ouvinte e a comunidade surda. Os resultados demonstram que a percepção das relações entre estes sujeitos demanda aprofundamento de políticas públicas que construam práticas interculturais entre o ouvinte e a comunidade surda. Dessa forma, é fundamental que políticas públicas e as práticas educacionais problematizem discursos, narrativas e procedimentos de ensino que suturem diferença na produção de uma sociedade plural.

Palavras-chave: Interculturalidade. Estudos Culturais. Inclusão. Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

Durante um extenso período, a surdez foi enquadrada unicamente na perspectiva patológica, sendo concebida como uma deformidade a ser corrigida. A história revela que ser surdo frequentemente implicava ser submetido a estereótipos perpetuados pela sociedade. A visão predominante era representada pelo ouvintismo, um paradigma que essencialmente impunha ao surdo a obrigação de se autoperceber e se narrar sob a ótica do ouvinte. Essa perspectiva, como bem salienta Skliar (1998, p.15), é caracterizada como "um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte".

¹ Mestranda do Curso de Mestrado em Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), vanessapereira16303@gmail.com;

² Professora Dra. da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, rozanealonso@ufam.edu.br;

A singularidade linguística e cultural dos indivíduos surdos evidencia uma particularidade intrínseca na forma como constroem sua identidade enquanto surdos. Ao imergir as representações linguísticas e culturais presentes nos modos de ser surdo, utilizando-se do embasamento teórico oferecido pelos estudos culturais, emerge uma compreensão mais profunda das dinâmicas complexas que permeiam essa comunidade diversificada.

De acordo com Skliar (1998), explorar a escola a partir da ótica da língua não apenas oferece aos pesquisadores uma oportunidade para conceber estratégias que ampliem a escuta, mas também propicia uma reconfiguração do papel do sujeito como um instrumento essencial na produção de significados. Essa abordagem holística não só viabiliza a identificação de distintos mecanismos de poder utilizados pela instituição educacional para impor saberes, culturas, valores e identidades, mas também destaca a importância de incorporar as narrativas de ser surdo e os modos de ser surdo nesse processo reflexivo.

Nesse horizonte conceitual, abordar a educação inclusiva transcende o mero compromisso com direitos fundamentais; configura-se como uma visão abrangente que almeja assegurar o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, independentemente de suas características individuais. Quando nos voltamos para a educação de surdos, a inclusão adquire uma dimensão mais ampla ao ser permeada pela perspectiva cultural e linguística intrínseca à comunidade surda, que encontra na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) seu meio de comunicação e expressão natural.

Nesse cenário das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas com esse contexto específico torna-se imperativa. Essa sincronia é essencial para proporcionar uma educação verdadeiramente bilíngue e inclusiva para os surdos, reconhecendo e valorizando a relevância da LIBRAS em seu processo educativo. O escopo deste trabalho abrange, portanto, a análise de narrativas de produção de si no contexto educacional, contextualizando-as no âmbito das políticas educacionais, enraizando-se nos fundamentos dos estudos culturais. Essa abordagem ampliada visa oferecer uma compreensão abrangente e contextualizada das dinâmicas educacionais inclusivas e bilíngues, considerando não apenas os aspectos linguísticos, mas também os matizes culturais que definem a experiência educacional dos surdos.

No cenário, marcado pela diversidade, culturas e incertezas, destaca-se a perspectiva dos Estudos Culturais, cuja influência se estende à redefinição significativa dos conceitos fundamentais de cultura, identidade e diferença. Esta abordagem oferece um espaço de reflexão

onde o tema da surdez pode ser explorado não apenas como uma questão tangível, mas também como uma questão epistemológica, conforme delineado por Silva (1997). Os preceitos teóricos desses estudos permeiam a discussão da surdez, proporcionando um terreno fértil para a problematização aprofundada dos conceitos de identidade e diferença.

Nessa senda, autores renomados, como Silva, Hall, Woodward e outros, desempenham papéis fundamentais ao contribuir para o enriquecimento dessa discussão. Suas obras fornecem insights valiosos que transcendem a simples análise da surdez, abordando-a como um ponto de partida para indagações mais amplas sobre os processos de construção de identidade e as dinâmicas complexas da diferença

METODOLOGIA

O trabalho foi fundamentada em uma metodologia de pesquisa bibliográfica, a qual se define como o processo de identificação, seleção e análise crítica de informações contidas em fontes bibliográficas. De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p.66), a pesquisa bibliográfica "consiste no levantamento, seleção e documentação de toda a bibliografia já publicada sobre o tema que está sendo pesquisado". Tal abordagem metodológica foi escolhida por permitir a revisão sistemática e aprofundada da literatura especializada sobre o tema em questão, proporcionando assim uma base sólida para a construção da análise e das discussões apresentadas no estudo.

Por meio dessa abordagem, foi possível consultar diversas fontes teóricas que auxiliaram na construção do referencial teórico deste estudo. Além disso, também foi empregada a pesquisa documental, que consiste na análise de documentos e registros que podem contribuir para a compreensão do objeto de estudo (Gil, 2008, p.39). A combinação dessas técnicas permitiu aprofundar sobre o tema em questão.

CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS

O meio legal de comunicação e expressão de comunidades de pessoas surdas a partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que estabelece a garantia de "formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil". (BRASIL, 2002, Art. 2º). Além disso, o documento responsabiliza os sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal pela garantia do ensino da Libras "como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN nos cursos de formação de Educação

Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior”. (BRASIL, 2002, Art. 4º).

Um aspecto fundamental presente no Capítulo V dessa normativa é a formação e atuação dos intérpretes de Libras, os quais desempenham um papel crucial no acesso à educação de qualidade pelos alunos surdos. É estabelecido que somente profissionais formados em nível superior em Tradução e Interpretação com habilitação em Libras - Língua Portuguesa podem exercer a função. Além disso, o capítulo menciona a necessidade de incluir tradutores e intérpretes de Libras em todas as instituições federais de ensino da Educação Básica e Superior, em todos os níveis, etapas e modalidades, visando garantir o direito à comunicação, à informação e à educação dos alunos surdos. (BRASIL, 2005).

Ao apresentar a importância da presença do intérprete de Libras na inclusão educacional da pessoa com surdez, o Decreto apresenta uma visão limitada e superficial do processo de inclusão. A simples oferta desse serviço não garante a plena participação do aluno surdo no processo de aprendizagem, uma vez que o sucesso da inclusão depende também da formação adequada dos professores e da conscientização de toda a comunidade escolar. Além disso, a comunicação efetiva entre professor e aluno é essencial para que o aluno surdo possa construir conhecimento, o que exige um diálogo real e não apenas a presença do intérprete como mero mediador. Portanto, é preciso ir além da oferta do serviço de tradução e interpretação e investir em políticas de formação de professores e conscientização da comunidade escolar para garantir a inclusão plena e efetiva da pessoa com surdez na educação.

A presença de intérpretes de Libras na sala de aula é um avanço na inclusão educacional de alunos surdos, mas é insuficiente sem a oferta de uma Educação Bilíngue. A Lei n. 14.191 de 2021 formaliza esse direito da comunidade surda desde o início da vida escolar, elevando a Libras à categoria de língua titular e o português escrito como a secundária. No entanto, é importante lembrar que a interculturalidade também deve ser considerada nesse processo educacional, valorizando e respeitando a cultura e as experiências dos alunos surdos em conjunto com a cultura predominante. Políticas públicas inclusivas devem ir além da simples oferta de Educação Bilíngue, abrangendo uma abordagem intercultural que promova a diversidade e a inclusão.

É importante ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, é um documento normativo que fundamenta a educação básica no Brasil. Prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, a BNCC define um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos

devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Como um documento normativo, a BNCC tem como objetivo garantir o direito de todos os alunos à aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação. Dentre as competências gerais, o quarto tópico faz referência a Língua Brasileira de Sinais, conforme podemos observar:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (BRASIL, 2018, p. 9).

Dessa forma, entende-se que Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é entendida no ambiente escolar como a possibilidade de trabalho nas mais diferentes áreas, nas quais permitem que seja concretizada a transmissão de conhecimentos que façam sentido para o sujeito. Além dessa referência com relação da Libras, especificamente na questão linguística, no tópico referente a 4.1 Linguagens, na qual é colocado como um dos campos possíveis, conforme é estabelecido na BNCC:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (BRASIL, 2018, p. 63).

Nessa perspectiva, a Libras é visualizada no sentido de uma prática social que permite que os sujeitos possam de comunicar efetivamente em seu meio, ocasionando interações sociais, trocas de conhecimentos, que são capazes de construir relações uns com os outros. Somente no tópico referente ao componente curricular ao Ensino de Língua Portuguesa, que a Língua Brasileira de Sinais é oficializada, para que seja amplamente difundida no contexto educacional que respeite a cultura e a língua do aluno surdo de acordo com suas singularidades, isso é instituído no Brasil por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que respeita de forma clara e específica a comunidade surda e o uso de sua língua nos espaços escolares. (BRASIL, 2018, p. 70).

Em consonância com essas informações é possível identificar que por intermédio das diretrizes do sistema de ensino brasileiro por meio da BNCC, é imprescindível salientar as limitações linguísticas observadas no texto, uma vez que não correspondem a compreensão da Língua Brasileira de Sinais como “meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil”. (BRASIL, 2002, Art. 2º).

Dentro desse contexto, vale considerar a importância das necessidades específicas de desenvolvimento linguístico dos sujeitos surdos no processo educacional. Isso implica não apenas fornece recursos e serviços de acessibilidade, mas também compreender as questões políticas, históricas e culturais que envolvem a identidade/comunidade surda. Ignorar essa perspectiva pode levar a abordagens superficiais que não reconhecem a singularidade linguística e cultural dos surdos, desconsiderando as lutas e movimentos sociais que buscam afirmar e valorizar a identidade surda, ou seja, é de extrema relevância conceber as particularidades e especificidades dos sujeitos surdos e que reconheça a complexidade das questões envolvidas na sua formação linguística e cultural.

A educação, enquanto direito social, necessita estar revestida por ações que efetivem, além da garantia de condições de acesso, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos. Portanto, as políticas educacionais, inscritas em determinados regimes discursivos, devem abarcar a todos, dando condições de participação nos variados mecanismos sociais, culturais, políticos e econômicos. A garantia dos Direitos Humanos da pessoa com deficiência é uma questão de extrema importância e que requer a atenção de toda a sociedade. No que se refere especificamente à educação inclusiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação deixa claro que é responsabilidade do Estado oferecer uma educação escolar que atenda às necessidades de todos os educandos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2017, p 39).

Com base nas apresentações dessas políticas, torna-se importante uma reflexão crítica sobre a eficácia das políticas públicas destinadas à inclusão educacional, com um foco específico na experiência dos surdos. Nesse contexto, é imperativo considerar não apenas a implementação prática dessas políticas, mas também a extensão na qual elas abordam a valorização da identidade e cultura singular dos sujeitos surdos. Por meio dessas questões, a inclusão escolar pode transcender a retórica normativa e efetivamente materializar-se como uma realidade que assegure o pleno exercício dos direitos desses indivíduos como cidadãos. Essa abordagem ampliada ressalta a necessidade de uma análise crítica mais abrangente, incluindo não apenas a presença física nas instituições educacionais, mas também o respeito à diversidade cultural e identitária, construindo, assim, um ambiente educacional inclusivo.

NARRATIVAS DE SI NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A IDENTIDADE E DIFERENÇA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

É possível afirmar que as narrativas produzidas por surdos não se caracterizam como “um campo passivo de mero registro ou de expressão de significados existentes” (Hall, 1997, p. 47). A construção de significados desses conceitos evolui historicamente, predominantemente através da contribuição de membros integrantes das comunidades surdas, imersos no campo discursivo contemporâneo. A cultura, como força influente, desempenha um papel crucial na formação das perspectivas sobre o mundo, a maneira como o interpretamos, explicamos e compreendemos. A compreensão dos participantes em relação aos eventos ao seu redor é crucial para a tessitura desse mosaico cultural. Em última análise, a cultura atua como um prisma através do qual os participantes compartilham uma visão geralmente semelhante do mundo, destacando a importância da interpretação coletiva na construção do significado cultural. (Hall, 1997). Nesse processo:

as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” e qualquer termo - e assim na identidade - pode ser construído (HALL, 2014, p. 110).

Conforme delineado por Stuart Hall (2014), as identidades não podem ser reduzidas ao essencialismo, ou seja, a uma condição unificada, fixa, coerente e estável, tampouco a um processo concluído. Na verdade, a identidade emerge como uma construção intrinsecamente fragmentada, permeada por conflitos, caracterizada por uma fluidez constante e suscetível a processos contínuos de colapso e reconstrução. Este entendimento ressalta a natureza dinâmica e complexa das identidades, desafiando concepções estáticas e promovendo uma visão mais fluida e contextualizada do processo identitário.

Um fenômeno crucial para a análise da formação das identidades é o hibridismo, um conceito que não encara as identidades como entidades imiscíveis, mas sim como passíveis de uma constante miscigenação. Essa perspectiva, conforme delineada por Silva (2009, p. 87), destaca a capacidade dinâmica das identidades de se entrelaçarem e se transformarem, desafiando fronteiras pré-estabelecidas. Essa abordagem reconhece a complexidade intrínseca das identidades, sublinhando que sua constituição não é uma questão de compartimentos estanques, mas sim um processo contínuo de interação e hibridização, que enriquece e diversifica as experiências identitárias.

o processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas. A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas. Silva (2009, p. 87)

A diferenciação contemporânea assume uma complexidade que transcende as concepções anteriormente cristalinas e naturalizadas das identidades, conferindo-lhes agora uma natureza híbrida e, por assim dizer, intrinsecamente inautêntica. A introdução da ambivalência pelo discurso da hibridização cultural propicia a emergência de um novo paradigma na apreciação da relação entre identidade e diferença, que transcende a dualidade tradicional para se inserir em um escopo pautado pela multiplicidade.

Dessa reflexão, emerge a compreensão da multiplicidade inerente à própria concepção de identidade cultural, que passa a ser concebida como uma celebração móvel. Stuart Hall figura como um dos proeminentes intelectuais que contribuem para a reflexão sobre o declínio do sujeito moderno, percebendo-o como um reflexo significativo da diminuição da compreensão da identidade cultural enquanto uma entidade estável e unificada.

No lugar da concepção moderna do sujeito, Hall identifica o surgimento de identidades fundamentadas na diferença, manifestando-se em contextos diversos e até mesmo contraditórios. A partir dessas novas fissuras, a identidade cultural na pós-modernidade pode se orientar em direções diversas, como raça, gênero, orientação sexual e mesmo classe, promovendo a inserção das diferenças como elementos constitutivos do processo identitário do sujeito contemporâneo. Essa abordagem multifacetada redefine a dinâmica da identidade, realçando sua natureza fluida e adaptável diante das complexidades da sociedade contemporânea.

Sob a visão das teorias linguísticas pós-estruturalistas, a conceptualização da representação da diferença, adentra de maneira mais acentuada no âmbito discursivo voltado à negociação de significados do que na esfera dos atributos materiais. Nesse contexto, delineiam-se definições que transcendem as fronteiras físicas, encontrando terreno fértil na interseção entre linguagem, discurso e construção simbólica. A expressão da diferença, assim, é esculpida não apenas por características tangíveis, mas, de maneira preponderante, pela tessitura complexa de narrativas, discursos e interações que compõem a trama intrincada da negociação de sentidos:

“As diferenças não são uma obviedade cultural nem uma marca de ‘pluralidade’; são sempre diferenças; não devem se entendidas como um estado não desejável, de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade; dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou linguísticas; ainda que vistas como totalidades ou colocadas em relação com outras diferenças, não são facilmente permeáveis nem perdem de vista suas próprias fronteiras; existem independentemente da autorização, do respeito ou da permissão outorgada da normalidade.” (Skliar, 1999, p. 22).

Esse processo binário de estabelecimento da identidade implica em uma relação de oposição, onde algo é definido como sendo uma coisa em detrimento do que não é, criando assim uma dicotomia entre identidade e diferença. Para esse eixo, Woodward informa em “Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais” que “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos quanto por meio da exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença [...]” (WOORWARD, 2007, p. 39).

Dentro desse viés, a representação tem um papel simbólico crucial na classificação e significação do mundo, pois através dos significados que ela atribui, nossa experiência e identidade são construídas em relação ao mundo. A identidade é formada por diferentes características que nos distinguem uns dos outros, sendo assim, uma construção social. No entanto, a valorização de algumas identidades em detrimento de outras é resultado de relações de poder que influenciam a criação de diferentes discursos, construindo e reforçando hierarquias entre as identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Strobel (2009), as narrativas das experiências de vida dos sujeitos surdos são uma fonte valiosa de conhecimento e perspectiva. Pois muitas vezes, a sociedade tende a ouvir predominantemente as versões e opiniões de professores ouvintes, abades, médicos, políticos e outros profissionais ou autoridades ouvintes. No entanto, a autora destaca que nas comunidades surdas, as associações de surdos são espaços onde as vozes e experiências dos próprios surdos podem representadas.

Além disso, o artigo se propôs acerca da implementação de políticas educacionais pautadas às necessidades dos surdos, vista como fundamental para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. A abordagem bilíngue, que combina a língua de sinais e a língua oral ou escrita, tem se mostrado benéfica para o desenvolvimento acadêmico, cognitivo e social dos alunos surdos. Políticas educacionais que reconhecem a importância da língua de sinais e promovem o acesso a intérpretes e recursos de apoio, como tecnologias assistivas.

Nas discussões sobre identidade e diferença propostas no artigo, Hall (2011), informa que a noção de identidade se transformou ao longo da história, influenciada pela visão de sujeito predominante em cada período. Na perspectiva iluminista, a identidade era vista como um princípio de não contradição, onde o indivíduo era unificado e racional durante toda a sua existência. Portanto, "a identidade de uma pessoa era o centro de si mesma" (Hall, 2011, p. 11).

Com o advento da visão sociológica, a identidade passou a ser concebida como resultado das interações sociais e culturais. Nessa concepção, a identidade é uma construção social que se desenvolve ao longo do tempo e através de diferentes contextos sociais. A visão pós-moderna da identidade destaca a sua fragmentação e multiplicidade, em que o sujeito é composto por diversas identidades que se sobrepõem e se contradizem. Nessa perspectiva, a identidade é vista como algo em constante transformação, em que o indivíduo está sempre negociando e construindo as suas diferentes identidades.

Nessa perspectiva, a compreensão de identidade é influenciada pelas ideias de sujeito de cada época, pelas condições sociais, culturais e políticas em que se insere. Por outro lado, Woodward (2007) argumenta que para uma compreensão mais aprofundada dos processos de construção de identidades e diferenças, é necessário considerar diversos aspectos. Isso envolve a conceituação e divisão das identidades em várias dimensões para entender as contradições e paradoxos presentes nessa discussão. Além disso, é crucial entender como os sujeitos se posicionam e constroem concepções acerca de si mesmos, e como essas concepções podem estar relacionadas a determinadas posições identitárias. Dessa forma, a análise das identidades e diferenças podem revelar as complexidades dos processos sociais em jogo e auxiliar na compreensão desses conceitos na sociedade.

Dentro desse contexto, uma vertente no que se refere a forma como a identidade e a diferença são produzidas são apresentadas por Woodward (2007) e Hall (2011), pois as identidades e as diferenças são produzidas por meio de diversos processos que envolvem a marcação de traços em níveis simbólico, social e subjetivo. De acordo com esses autores, esses traços são inscritos simbolicamente e representacionalmente, e são produto das interações entre os indivíduos e as estruturas sociais. É por meio das culturas que os sistemas classificatórios são estabelecidos, permitindo que os indivíduos deem sentido ao mundo e construam significados. Dessa forma, a produção de identidades e diferenças é um processo contínuo e dinâmico que ocorre em contextos culturais específicos (Woodward, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias delineadas pelas políticas educacionais e linguísticas, que foram apresentadas nesse artigo, não apenas exerceram, mas continuam a desempenhar um papel proeminente como dispositivos que permeiam a existência dos sujeitos surdos, gerando efeitos de grande relevância na maneira como esses indivíduos vivenciam sua realidade. O foco recai sobre os próprios sujeitos, os quais internalizam um conjunto complexo de regras que se tornam intrínsecas à sua forma de vida. Simultaneamente, essas normativas não apenas são adotadas

como parte integrante da vida cotidiana, mas também servem como combustível para demandas e reivindicações por novos parâmetros associados a essa forma de vida validada pelos grupos aos quais pertencem.

A educação bilíngue, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a valorização da cultura surda emergem como elementos fundamentais nesse cenário, configurando-se não apenas como meras políticas, mas como estratégias de governmentação intricadamente tecidas no tecido textual dessas políticas. Estas estratégias convocam a participação ativa de todos os envolvidos, reforçando a importância do engajamento coletivo na concretização e ressignificação das diretrizes educacionais e linguísticas propostas. Dentro do cenário complexo de tramas e intrincadas negociações que permeiam a experiência dos Surdos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se destaca de maneira proeminente nos documentos normativos e nas narrativas construídas pela comunidade surda.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, com a concessão de bolsa de estudo, bem como, apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 20 Abril. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 20 Abril. 2023
- BRASIL. Lei n. 14.191, de 03 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 de ago. de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm>. Acesso em 20 Abril. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961.
- HALL, Stuart. Identidade Cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2007.

Gil, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES. Nº 8, Rio de Janeiro: INES, 1997.

STROBEL, Karin. História da Educação de Surdos. Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2009

SKLIAR, Carlos. Pedagogia improvável da diferença: e se o outro não estivesse aí? 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SKLIAR. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade In: Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, UFRGS, v. 25 (2), jul./dez. 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, T.T. (Org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.